

MECANISMOS DE REFERENCIAÇÃO NA PRODUÇÃO TEXTUAL DE CALOUROS UNIVERSITÁRIOS: RESENHA CRÍTICA E RESUMO

BRITTO, Lília Alves
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
lilia.britto25@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem o propósito de analisar os mecanismos de referenciação nos gêneros resenha crítica e resumo produzidos por calouros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro do curso de Letras na disciplina Prática de Produção Textual no ano de 2011. Considerando que os educandos são sujeitos ativos, dotados de opinião, imersos em um processo cognitivo e sociointeracional e de que o discurso norteia toda atividade textual, esta pesquisa dá destaque às funções discursivas da referenciação.

Palavras-chave: Referenciação; Função Discursiva; Resenha Crítica; Resumo

1-Introdução

O leitor e a poesia

*Poesia
não é o que o autor nomeia,
é o que o leitor incendeia.*

*Não é o que o autor pavoneia,
é o que o leitor colha à colméia.*

*Não é o ouro na veia,
é o que vem na bateia.*

*Poesia
não é o que o autor dá na ceia,
mas o que o leitor banqueteia.*

(Affonso Romano de Sant'Anna)

A definição de poesia construída por Affonso Romano de Sant'Anna na epígrafe deste artigo, é extensiva a outros gêneros textuais, mais especificamente, à tessitura dos processos de referenciação de um enunciado. Ao lançar mão de mecanismos coesivos, o produtor de um texto constrói um dos sentidos possíveis, este, por sua vez, não é único e fechado, pois a referenciação parte de uma atividade discursiva da qual fazem parte sujeitos ativos que, a todo momento constroem e (re)constróem sentidos cujo conteúdo nunca é fechado, está sempre aberto, sujeito a novas ressignificações.

O autor, enquanto produtor do texto, apresenta um projeto de compreensão, porém, ao lançá-lo ao leitor, este com o seu conhecimento de mundo interpreta, através do léxico, preenche lacunas e constrói um sentido que lhe parece coerente.

No estabelecimento da mensagem, há uma via de mão dupla em que emissor e receptor interagem dentro de um propósito comunicativo, a todo momento (re)construindo sentidos.

Este artigo, a partir dessas observações, buscará tecer considerações acerca dos gêneros resenha crítica e resumo acadêmico, visando compor o projeto de dizer de seu produtor.

A ideia de composição do presente texto surgiu como um desafio para observar a referenciação em textos acadêmicos, tendo por ponto de partida o gênero mencionado. A partir de então, surgiram os seguintes questionamentos aos quais tentar-se-á responder com os textos selecionados: a) As anáforas empregadas exercem apenas função prospectiva, o texto segue uma ordem linear? b) Quais as dificuldades apresentadas pelo aluno ao produzir esse gênero? c) As escolhas lexicais foram responsáveis por construir o propósito comunicativo do emissor e de seu público-alvo ideal bem como a recategorização de referentes? d) Qual o propósito do autor ao empregar anáforas sem referentes explícitos?

Para a abordagem dos mecanismos coesivos nas composições analisadas, utilizar-se-á como suporte teórico, obras de Luiz Antônio Marcuschi, “Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão”; Ingedore V. Koch “A coesão textual”; Irlandé Antunes “Lutar com palavras: coesão e coerência”; Monica Magalhães Cavalcante “Os sentidos do texto”; Jean-Michel Adam “A Linguística Textual” entre outros.

2- A referenciação vista como um processo cognitivo e sociointeracional

Ao entrar em contato com o texto, autor e leitor ativam modelos mentais que foram sendo construídos ao longo de suas vidas. Esse processo dá-se internamente, de forma distinta dos processos social e interacional.

De acordo com Mônica Cavalcante, “a atividade referencial é cognitiva, pois a interação linguística só ocorre porque os sujeitos são capazes de processar os textos que produzem e compreendem.” (CAVALCANTE, 2012, 112).

O processo sociointeracional tem seu início a partir do momento em que o indivíduo é considerado um ser social que tem conhecimento das coisas do mundo e interage com elas. Para Koch & Elias,

os referentes participantes do processo de referenciação não espelham diretamente o mundo real, não são simples rótulos para designar as coisas do mundo. Eles são construídos e reconstruídos no interior do próprio discurso, de acordo com nossa percepção do mundo, nossas crenças, atitudes e propósitos comunicativos. (Koch & Elias, 2011,134).

Toda bagagem mental tem sua construção a partir da inserção dos sujeitos no contexto social bem como sua interação com o mundo. Em vista disso, Cavalcante propõe uma conceituação para o processo de referenciação:

o conjunto de operações dinâmicas, sociocognitivamente motivadas, efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve, com o intuito de elaborar as experiências vividas e percebidas, a partir da construção compartilhada dos objetos de discurso que garantirão a construção de sentido(s).” (CAVALCANTE, 2012, 113).

3- A problemática do ensino dos gêneros textuais

Atualmente o trabalho com os gêneros textuais, tanto escolares quanto acadêmicos, está focado em processos seletivos por que os discentes irão, futuramente, enfrentar, ou seja, observa-se uma grande preocupação em ensinar o que é exigido nas provas de concursos e

isso contribui para uma aprendizagem destituída de sentido uma vez que não funciona dentro de um propósito comunicativo.

Conforme afirma Bronckart,

A particularidade da situação escolar reside no seguinte fato que torna a realidade bastante complexa: há um desdobramento que se opera em que o gênero não é mais instrumento de comunicação somente, mas é, ao mesmo tempo, objeto de ensino-aprendizagem. (...) o gênero funda uma prática de linguagem que é, necessariamente, em parte, fictícia, uma vez que é instaurada com fins de aprendizagem. (BRONCKART, 2006, 76).

Essa deficiência no trabalho com os gêneros intensificou-se com o surgimento dos PCNs, pois a partir deles observam-se muitas exigências dos sistemas de ensino sobre os professores para que se trabalhe texto e eles se viram, muitas vezes forçados a incluí-lo em suas aulas a qualquer custo, produzindo, conseqüentemente, atividades em que o texto serve de pretexto para o ensino de regras gramaticais.

Para Luiz Antonio Marcuschi,

a questão reside no modo como isto é posto em prática, já que muitas são as formas de se trabalhar texto. (...) introduziu-se o texto como motivação para o ensino sem mudar as formas de acesso, as categorias de trabalho e as propostas analíticas.

Mas o problema não reside só nas formas de acesso ao texto e sim nas formas de sua apresentação. Quanto a essa inadequação, sabe-se que os textos escolares, sobretudo nas primeiras séries, padecem de problemas de organização linguística e informacional. Por vezes, eles carecem de coesão, formando conjuntos de frases soltas e, em outras, a têm em excesso causando enorme volume de repetições tópicas. Em qualquer dos casos, o resultado será, evidentemente, um baixo rendimento do aluno. De resto, os textos escolares revelam ignorância e descompasso em relação à complexidade da produção oral dos alunos. Ignoram que o aluno já fala (domina a língua) quando entra na escola. (MARCUSCHI, 2008, 51-53).

Os professores veem-se desorientados, sem saber ao certo por onde começar e que gêneros ensinar, quando, na verdade, seria muito mais fácil partir do conhecimento que os alunos têm de alguns gêneros e apresentar aqueles que eles desconhecem ou até conhecem as bases velhas, mas ignoram os novos gêneros.

Bronckart tece algumas observações em relação ao modo como se deve dar o trabalho com os gêneros:

- a) Toda introdução de um gênero na escola é o resultado de uma decisão didática que visa a objetivos precisos de aprendizagem, que são sempre de dois tipos: trata-se de aprender a dominar o gênero, primeiramente, para melhor conhecê-lo ou apreciá-lo, para melhor saber compreendê-lo, para melhor produzi-lo na escola ou fora dela; e, em segundo lugar, de desenvolver capacidades que ultrapassam o gênero e que são transferíveis para outros gêneros próximos ou distantes.(...);
- b) Pelo fato de que o gênero funciona num outro lugar social, diferente daquele em que foi originado, ele sofre, forçosamente, uma transformação. Ele não tem mais o mesmo sentido; ele é, principalmente, sempre gênero a aprender, embora permaneça gênero para comunicar. (BRONCKART, 2006, 80-81).

Elencar quais gêneros ensinar não é tarefa fácil, contudo se se considerar aqueles que os alunos já trazem de seus contextos sociais, desenvolver o trabalho com os gêneros, sejam eles orais ou escritos, torna-se uma tarefa um pouco menos árdua e mais produtiva.

4- Análise dos mecanismos de referenciação nos textos acadêmicos

4.1- Resenha Crítica

Nesta seção do artigo, buscar-se-á traçar os processos de referenciação encontrados no gênero resenha crítica. Vale lembrar, aqui, o destaque que será dado às funções discursivas desses mecanismos cujo papel vai muito além do simples estabelecimento da continuidade do texto.

A resenha crítica que servirá de corpus para a análise intitula-se “A evolução destrói a personalidade”¹ foi construída a partir do texto-fonte “Versões”, de Luís Fernando Veríssimo², nela, observou-se que o autor construiu uma atmosfera negativa em torno do passar dos anos descritos no texto-fonte e os mecanismos coesivos escolhidos para a composição do texto acadêmico funcionou, prioritariamente, recategorizando as épocas remotas em favor de uma orientação argumentativa.

Essa resenha inicia-se com reproduções literais do texto-fonte. Somente a partir do terceiro parágrafo o autor tece comentários que irão construir um propósito discursivo, numa tentativa de encaminhar o leitor argumentativamente. Tal afirmação ratifica-se pelo destaque que se pode atribuir à adjetivação do tempo e espaço da primeira versão do conto “A princesa e o sapo” “*tempo bom, maravilhoso, uma época em que a terra era o próprio paraíso.*”³ É importante lembrar o comentário que autora Irandé Antunes tece acerca do emprego desse recurso coesivo que, segundo ela, funciona como “um caracterizador situacional, que, além de estabelecer o mecanismo da substituição, age como se fosse equivalente do ponto de vista do sentido.” (ANTUNES, 2005, 99).

Para reforçar a argumentação, o produtor desse texto cita exemplos de boas ações do ser humano da época: “(...) *A magia de fato existia, o ser humano era verdadeiramente ‘humano’ bastava um simples pedido de ajuda e lá estava a bondade, a voluntariedade que certo modo caracterizava o indivíduo (...)*”

Cabe ressaltar o uso do elemento lá, presente no trecho que precede, este, remonta à época em que a magia, referida no texto, existia, estabelecendo, assim, uma ponte entre a anáfora e a dêixis. Tem-se a anáfora porque o referente magia é localizável no texto e dêixis porque a caracterização desse momento mágico constrói-se no universo extralinguístico, na memória discursiva de cada leitor.

Para Mônica Cavalcante, o primeiro aspecto da referenciação a ser destacado é que “a realidade é submetida a reelaborações por parte dos sujeitos que se envolvem na interação, sendo que uma mesma realidade pode dar origem a referentes distintos”.(CAVALCANTE, 2012, 108).

O emprego da pró-forma lá contribuiu para a ativação do conhecimento de mundo de cada interlocutor, este, por sua vez, constrói uma realidade particular e dinâmica.

Outro elemento de referenciação que se deve destacar está relacionado ao emprego de nomes genéricos, recurso localizado dentro dos mecanismos de “formas remissivas lexicais” (KOCH, 2012, 48). Com os vocábulos “pessoas, ser humano, indivíduo”, o produtor da resenha busca inserir o leitor nesses termos, como forma de fazer com que os interlocutores possíveis do texto compartilhem do argumento proposto.

As remissões feitas através de nomes acompanhados de determinantes e modificadores constroem um juízo de valor e, na maioria das vezes, no texto analisado, os caracterizadores da época da primeira versão da crônica de Veríssimo são semanticamente positivos (esses

¹ Os *corpora* utilizados para análise seguem em anexo.

² Equivale ao texto I dos anexos.

³ Os trechos referentes aos *corpora* aparecerão, ao longo deste artigo, sinalizados com aspas duplas e itálico.

momentos de flores, o gesto de estender as mãos), ao passo que os que caracterizam os momentos das evoluções por que passa a figura feminina são negativos (um simples pedido de ajuda, um simples sapo, o necessitado, um individualismo egoísta), isso ratifica a ideia de que as escolhas lexicais estão associadas ao projeto de dizer do autor.

Outra referência anafórica cuja função cabe destacar diz respeito à anáfora encapsuladora que, conforme a definição de Cavalcante (2012, 126-127) consiste numa estratégia “na qual uma expressão referencial resume um conteúdo textual, e inclui outros conhecimentos que temos sobre o que está sendo referido”. Tal recurso pode ser observado em dois momentos e com propósitos distintos: “*esses momentos de flores*” (encapsula tempo bom, uma época em que a terra era o próprio paraíso e todas os bons atos realizados pelos seres humanos nesse período) e no termo “*uma ideia*”. O anafórico, nesse caso, não retoma um referente específico do contexto, mas, sim, o que será dito posteriormente “*Luís Fernando Veríssimo nos transmite uma ideia de que cada ano pode se ter a mesma história, entretanto com versões diferentes*” cujo conteúdo pode ser melhor compreendido no texto que deu origem à resenha, ou seja, o encapsulamento efetuado neste último caso reporta-se a trechos do texto-fonte e não segmentos precedentes da própria resenha.

Ainda em relação a esse trecho, é importante observar que o aluno faz referência ao autor do texto-fonte, porém não diz onde “*transmite uma ideia*” criando uma anáfora sem referente explícito.

Por fim, ressalta-se como principal função discursiva dos mecanismos de referenciação na resenha analisada a orientação argumentativa que é levar o leitor a crer que o processo evolutivo da sociedade e, mais especificamente, da figura feminina gera mudanças negativas no comportamento dos seres humanos. O autor da resenha tenta neutralizar sua opinião no seguinte trecho: “*Podemos perceber que, com o passar dos anos, as pessoas deixam de acreditar em certas histórias e passam a analisar os fatos que envolvem o necessitado.*”, nesse trecho além de utilizar o recurso da elipse em podemos para incluir autor e leitor na escritura do texto, ele muda o foco da argumentação da mesma forma como faz ao inserir um parágrafo falando das consequências negativas da revolução industrial, dessa forma o emissor da mensagem ameniza o posicionamento contrário ao processo de emancipação da mulher no mundo.

O machismo, que se construiu ao longo da resenha, entretanto, vem à tona, no último parágrafo, mesmo com a generalização da figura da mulher “*as pessoas*”, o interlocutor saberá que o termo genérico diz respeito à donzela da história, basta recorrer ao texto do Veríssimo. O produtor da resenha, neste caso, foi traído pelo seu próprio projeto de dizer.

4.2- Resumo

Esta seção do artigo destinar-se-á a observações acerca da produção do gênero resumo acadêmico, com o intuito de enfatizar o emprego de mecanismos coesivos como forma de estratégia de prospecção e retrospectão da composição escrita.

Sobre o verbete resumo, o Aurélio eletrônico diz:

Resumo (Dev. De resumir): S. m. 1. Ato ou efeito de resumir(-se). 2. Exposição abreviada de uma sucessão de acontecimentos, das características gerais de alguma coisa, etc., tendente a favorecer sua visão global: síntese, sumário, epítome, sinopse. 3. Apresentação concisa do conteúdo de um artigo, livro, etc., a qual precedida de sua referência bibliográfica, visa a esclarecer o leitor sobre a conveniência de consultar o texto integral. Ao contrário da sinopse, o resumo aparece em publicação à parte e é redigido por outra pessoa que não o autor do trabalho resumido. 4. Recapitulação em poucas palavras; sumário.(...).

O professor Agostinho Dias Carneiro, no livro “Redação em Construção: a escritura do texto” lista uma série de estratégias para a composição de um resumo:

- a) não apresenta introdução, de modo geral; b) segue a ordem do texto; c) não deve conter elementos estranhos ao texto; d) não deve apresentar apreciações sobre aspectos do texto; e) deve ser redigido como se o próprio autor o fizesse; f) não deve conter conclusões que não sejam as do próprio autor.

Resumir requer do “resumidor”⁴ a assimilação completa do(s) assunto(s) abordados no texto-fonte, isso não é tarefa fácil, as dificuldades não param por aqui, pois é preciso ter poder de síntese para se transmitir ao leitor os pontos principais do texto inicial para que ele avalie a necessidade de leitura do conteúdo integral.

De acordo com Bronckart, o resumo requer de seu produtor, “dizer em poucas palavras, mas do mesmo ponto de vista enunciativo, o que o autor do texto a resumir quis dizer (...) o ‘resumidor’ revive, em seu resumo, a dramatização discursiva construída no texto a resumir, a partir de uma compreensão das diferentes vozes enunciativas que nele agem.”. O ato de resumir propõe-se a dizer sem imprimir opinião própria nem informações novas.

No resumo, bem como em qualquer outro gênero textual, faz-se necessário que haja uma preocupação, por parte de seu produtor, com a inserção de referentes, mesmo que estes sejam para ele entidades conhecidas, não o é para o interlocutor, por isso, deve-se introduzi-los com características de informação nova cujo conteúdo deverá ser retomado por diferentes mecanismos de referenciação, permitindo ao público leitor estabelecer conexões num movimento de idas e vindas.

O resumo que servirá à análise dos mecanismos referenciais foi proposto, assim como a resenha crítica, nas aulas de prática de produção textual (PPT) para calouros da UERJ, a partir do texto-base “Presidente ou Presidenta?”⁵, de Thaís Nicoleti de Camargo, consultora de língua portuguesa. Esse texto traçava uma discussão acerca da forma como se deveria dirigir-se à mulher eleita ao cargo de presidente do país. A partir de então, Camargo tece uma série de considerações sobre a origem desse tratamento.

Ao longo da leitura do resumo que serviu como corpus para esta análise observou-se o emprego de dois mecanismos coesivos: anáforas pronominais, anáforas definidas e indefinidas.

As anáforas pronominais encontradas foram de referência demonstrativa (pronomes demonstrativos), de acordo com Koch (2012,34) constituem formas remissivas gramaticais presas. Os termos que se enfatizará são: desse tempo, essa terminação, tal diferenciação e essa oscilação. Todos estabeleceram uma retomada de referentes do próprio resumo que, por sua vez, eram referentes do texto-fonte.

É importante destacar o posicionamento de Jean-Michel Adam sobre o emprego dos pronomes demonstrativos (anáforas demonstrativas) como mecanismos de referenciação. Para o autor, “indica a identificação, a relação com um segmento posto na memória, anteriormente, mas ela o faz operando uma reclassificação do objeto do discurso. Pode-se dizer que se trata da introdução de um novo ponto de vista sobre o objeto.”. (ADAM, 2011, 143).

Apesar de não se tratar de um texto argumentativo, as retomadas com demonstrativos buscam direcionar o olhar do leitor para uma determinada expressão, enfatizando-a em favor de um ponto de vista.

O segundo mecanismo utilizado pelo produtor do resumo e que, pela forma como foi usado, deve preocupar muitos educadores, diz respeito ao emprego dos artigos definido e indefinido (anáfora definida e anáfora indefinida). Segundo Adam, “a anáfora definida

⁴ Termo designado por Bronckart para se referir ao produtor de um resumo.

⁵ O texto que serviu de base para a produção do resumo também consta nos anexos. Corresponde ao texto III.

aparece, geralmente, nos encadeamentos que contêm introdução de um referente sob forma indefinida e depois retomada lexical idêntica.” (ADAM, 2011,138).

Um outro caso possível de uso seria quando, ainda conforme Adam, “essa identificação do objeto do discurso é possibilitada pela sua presença na memória discursiva do interlocutor”, ou seja, muitas das vezes, o emprego do artigo definido precedendo um determinado vocábulo pressupõe um conhecimento partilhado entre emissor e receptor.

Os dois casos de emprego da anáfora definida citada por Adam não foram seguidos no resumo analisado, pois, logo na primeira linha deste, observa-se o sintagma “o texto”, ou seja, o vocábulo texto é inserido, na composição, precedido de uma artigo definido como se estivesse na memória discursiva do leitor, fazendo parte de um conhecimento partilhado por emissor e receptor.

No decorrer dessa composição, é possível destacar outras ocorrências do vocábulo “texto” precedido pelo artigo definido, por exemplo nestes trechos: “a partir do texto; fica claro no texto”. Tem-se a impressão de que o autor desse resumo escreveu para si, sem se preocupar com seu público-alvo. O leitor desconhece a matéria escrita que deu origem ao resumo, através do emprego do artigo definido sem um referente, observa-se a dificuldade do aluno na utilização adequada do artigo. A função do “resumidor”, neste caso, é apresentar para o leitor a temática abordada no texto-fonte, fazendo uma retrospectiva do autor, suporte e assunto, situando seu interlocutor, caberá a este a necessidade ou não da leitura do texto-fonte na íntegra.

Em suma, o resumo não pode apresentar lacunas que não se permitem ser preenchidas pelo leitor.

Cabe ainda, destacar a fuga aos propósitos da escritura de um resumo, notada no seguinte trecho: “(...) *utilizado no latim onde para designar os gêneros bastava o uso do artigo desejado.*” Essa informação não faz parte do texto de Thaís Nicoleti de Camargo e traz uma informação incorreta para o leitor, pois, no latim, não havia artigos. Há, ainda, uma retomada desse período no trecho “(...) *a ideia do latim quanto ao uso do artigo definido para fazer tal diferenciação.*”

A forma como o artigo definido foi empregado, bem como o desvio no propósito da composição do resumo denunciam falhas no ensino de Língua Portuguesa e um afastamento dos objetivos dessa disciplina.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, espera-se que o ensino de Língua Portuguesa permita ao aluno ser capaz de

expandir o uso da linguagem em instâncias privadas e utilizá-la com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir a palavra e produzir textos – tanto orais como escritos – coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados; (Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental, 1997, 41).

A língua é aprendida sem propósito discursivo, aprende-se para si, sem fim textual, formam-se “analfabetos científicos”⁶. O gramático Mário A. Perini, em sua obra, “Gramática do Português Brasileiro” tece as seguintes conclusões quanto ao estudo de gramática:

“(...) o estudo de gramática, tal como praticado atualmente, contribui para a analfabetização científica dos estudantes: por fornecer resultados sem focalizar os método de obtê-los; por, muitas vezes, lidar com dados fictícios; por desencorajar a dúvida e o questionamento; em uma palavra, por encorajar a crença acrítica em doutrinas aprendidas, mas não justificadas.”

A gramática deve ser estudada como uma disciplina científica, utilizando as palavras do autor como “um fenômeno tão presente em nossas vidas quanto os seres vivos ou os elementos químicos.”

⁶ Termo criado por Perini.

6- Considerações finais

“No trabalho com os gêneros é importante que o aluno saiba o que fez, por que fez e como fez”.

(Luiz Antônio Marcuschi)

Nesta parte final do trabalho, cabe, primeiramente, listar as respostas obtidas com as análises dos corpora resenha crítica e resumo acadêmico no que tange ao emprego dos mecanismos de referenciação utilizados pelos universitários nesses gêneros.

A primeira hipótese elencada, no início deste artigo, diz respeito às funções prospectiva e retrospectiva dos mecanismos coesivos, com a leitura e análise da resenha e do resumo, percebeu-se que essas funções estão presentes em ambos os gêneros e que a composição escrita não é linear, permitindo ao leitor, através da compreensão das anáforas, necessárias idas e vindas no texto.

Com relação a segunda hipótese, não foram encontradas substituições lexicais no resumo, o que confirma a ideia de que esse mecanismo foi recorrente na resenha crítica devido a maior inclinação argumentativa desse gênero. Essa segunda hipótese está atrelada a última, pois as substituições lexicais denunciam as escolhas do aluno/ produtor textual e são responsáveis pela construção de um projeto de dizer do mesmo, adequando-o a um público-alvo ideal.

Por fim, a existência de anáforas sem referentes explícitos, além de um recurso utilizado sempre para se retomar o texto-fonte, que por sua vez era desconhecido do interlocutor, contribuiu para desvendar um problema grave quanto ao ensino de certas regras gramaticais na Educação Básica.

As anáforas sem referente eram introduzidas por artigos definidos, quando na verdade referiam-se a sintagmas indefinidos, não oferecendo ao leitor a possibilidade de construção de um referente. Por maior esforço cognitivo que se faça, o leitor, sem o acesso ao texto-fonte, não conseguiria atribuir referentes para tal recurso comprometendo a construção de sentidos do resumo.

Essa última observação veio ratificar um ensino de língua materna sem propósitos textuais, destituído de sentido, o aluno aprende todos os artigos definidos e indefinidos, porém não sabe sua funcionalidade dentro do texto, o que confirma o crescimento do analfabetismo científico. Além disso, a falta de intimidade com os gêneros acadêmicos, gera falhas na produção textual de alunos universitários. Essas falhas têm origem na Educação Básica, em que gêneros como resenha e resumo recebem pouca ou nenhuma atenção.

Diante de todas essas considerações, espera-se que este trabalho contribua não somente para fomentar pesquisas futuras, mas, principalmente, para a reformulação das aulas de Língua portuguesa.

7- Referências Bibliográficas

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2.ed., São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola editorial, 2005.

BRONCKART, Jean –Paul, “As unidades de análise da psicologia e sua interpretação: interacionismo social ou interacionismo lógico?” In: _____. *Atividade de Linguagem, Discurso de Desenvolvimento Humano*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

CARNEIRO, Agostinho Dias. *Redação em Construção: A escritura do texto*. 2.Ed. São Paulo: Moderna, 2001.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *A coesão textual*. 22. Ed. São Paulo: Contexto, 2012a.

_____; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e Escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

8- Anexos

Texto I

O Globo 24/2/09

VERÍSSIMO Versões

Era uma vez uma donzela que caminhava pela beira de um rio quando ouviu um “psiu”. Era um sapo, que lhe contou que na verdade era um príncipe amaldiçoado, transformado em sapo por uma bruxa malvada com poderes mágicos. Se a donzela o beijasse, o sapo voltaria a ser príncipe. A donzela acreditou no sapo, beijou-o, ele se transformou de novo em príncipe e os dois se casaram e viveram felizes para sempre.

Anos depois outra donzela teve a mesma experiência. Ouviu a mesma história, sobre a maldição da bruxa que transformava qualquer coisa em outra coisa e fezera o príncipe virar sapo. A donzela concordou em beijar o sapo para livrá-lo da maldição, com uma condição:

— Beijo de língua, não.

E viveram felizes para sempre.

Muitos anos mais tarde, depois da revolução industrial, uma donzela desempregada caminhava pela beira do rio e ouviu a mesma história de um sapo. Concordeu em beijá-lo, mas o sapo se transformou num príncipe muito feio, talvez devido à poluição do rio. A donzela protestou e ouviu do príncipe:

— Ué, pra quem já beijou sapo!
Mas casaram-se e tiveram uma vida difícil para



sempre, porque o príncipe, inclusive, perdera tudo com o fim do feudalismo.

Já neste século, a mesma história. “Psiu”, sapo, bruxa com poderes mágicos, beijo, tudo igual. Com apenas um instante de hesitação até que se esclarecesse um ponto:

— Precisa ser donzela?
Não precisava. Casaram-se e viveram etc.

Anos sessenta. A mesma história, com uma variação: a moça era feminista. Ouviu o que a bruxa com poderes mágicos que transformava qualquer coisa em outra coisa fizera com o príncipe, e concluiu:

— Alguma você andou aprontando!
E solidarizou-se com a bruxa e chutou o sapo.

Jovem empresária caminhando pela beira do rio artificial do seu condomínio fechado ouviu o “psiu”, depois a conversa do sapo, e — diante dos protestos do sapo — raciocina em voz alta:

— Um príncipe, hoje, não vale muita coisa. Mas imagina o que eu posso ganhar com um sapo falante, só em cachês!
E ela fez muito dinheiro e viveu feliz com o sapo numa galola para sempre.

Anteontem. Jovem ouviu a proposta do sapo, mas não decidiu em seguida. Procurou seu consultor financeiro, que lhe lembrou que nada é mais valioso no mercado, hoje, do que informação privilegiada como a que o sapo lhe passara.

E aconselhou:

— Esqueça o sapo e encontre essa bruxal
Com seus poderes mágicos a bruxa poderia transformar moeda fraca em moeda forte, nominativas em preferenciais... Era a solução para a crise!

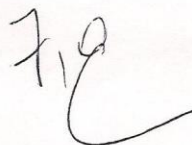
TextoII

Disciplina: Prática de produção Textual II

Resenha Crítica

Texto: versões

Autor: Luís Fernando Veríssimo



A evolução destrói a personalidade

“Era uma vez uma donzela que caminhava pela beira de um rio quando ouviu um “psiu”. Era um sapo, que lhe contou que na verdade era um príncipe amaldiçoado, transformado em sapo por uma bruxa malvada com poderes mágicos. Se a donzela o beijasse, o sapo voltaria a ser príncipe. A donzela acreditou no sapo, beijou-o, ele se transformou de novo em príncipe e viveram felizes para sempre”.

“Anos depois outra donzela teve a mesma experiência. Ouviu a mesma história, sobre a maldição da bruxa que transformava qualquer coisa em outra coisa e fizera o príncipe virar sapo. A donzela concordou em beijar o sapo para livrá-lo da maldição, com uma condição:

- Beijo de língua, não.”

Tempo bom, maravilhoso, uma época em que a terra era o próprio paraíso. Nesse período as pessoas não questionavam, simplesmente acreditavam em contos de fada. A magia de fato existia, o ser humano era verdadeiramente “humano”; bastava um simples pedido de ajuda e lá estava a bondade, a voluntariedade que, certo modo, caracterizava o indivíduo que não se importava a quem iria prestar socorro, poderia ser até um simples sapo. Porém, esses momentos de flores começam a apresentar mudanças e o gesto de estender as mãos a um necessitado se submete agora a certas condições. Partindo desse princípio, Luís Fernando Veríssimo nos transmite uma ideia de que cada ano pode se ter a mesma história, entretanto com versões diferentes, e que estas nem sempre terão finais felizes, pois as mudanças que estão a nossa volta têm influência direta no comportamento da sociedade. No próximo parágrafo ele deixa isso explicitamente.

“Muitos anos mais tarde, depois da revolução industrial, uma donzela desempregada caminhava pela beira do rio e ouviu a mesma história de um sapo. Concordou em beijá-lo, mas o sapo se transformou num príncipe muito feio, talvez devido à poluição do rio. A donzela protestou e ouviu do príncipe:

- Ué, pra quem já beijou sapo!

Mas casaram-se e tiveram uma vida difícil sempre, porque o príncipe, inclusive, perdera tudo com o fim do feudalismo”.

Com novos meios de se produzir as mercadorias, a revolução industrial trouxe consequências notórias principalmente ao meio ambiente. Pois as máquinas que utilizavam o carvão mineral como energia aumentava a poluição do ar, e também vale lembrar que a utilização desse meio de produzir mercadorias em larga escala, mas em curto prazo, diminuiu o trabalho artesanal, ou seja, o que tinha o total controle de sua produção (patrão) que era feita manualmente, não teve como competir com as máquinas, e com isso, tinha que se sujeitar a ser (empregado) nas fábricas, e estas com péssimas qualidades de trabalho e gerava muitas doenças para os trabalhadores. E aqueles que não se submetem a essas condições ficavam desempregados, deve ser por esses motivos que o autor mencionou que a donzela nesse trecho, se encontrava desempregada e o príncipe devido às contaminações existentes nesse período se transformou em um homem muito feio, pois sem saneamento básico, todos os resíduos eram jogados nos rios.

“Anos sessenta. A mesma história, com uma variação: a moça era feminista. Ouviu o que a bruxa com poderes mágicos que transformava qualquer coisa em outra coisa fizera com o príncipe, e concluiu:

- Alguma você andou aprontando!

E solidarizou-se com a bruxa e chutou o sapo”.

Podemos perceber que ao passar dos anos as pessoas deixam de acreditar em certas histórias e passam a analisar os fatos que envolvem o necessitado. No caso a cima, o fato relevante que demonstra o porquê do sapo estar nessa condição, foi o resultado de seu próprio erro. Então para que ajudar se esta pagando por algo que fez?

Os últimos capítulos comprovam que com o desenvolvimento do mundo, as pessoas deixaram suas simplicidades e passaram a pensar mais em si mesmas, considerando em primeiro lugar suas necessidades e prioridades, deixando refletir um individualismo egoísta, que por consequência deixará inexistente o seu próximo.

Texto III

Folha de S. Paulo (FOVEST):
quarta-feira, 10 de novembro de 2010

Presidente ou presidenta?

THAÍS NICOLETI DE CAMARGO

especial para a *Folha*

Pela primeira vez no Brasil uma mulher é eleita para o cargo de presidente da República. Será ela "a presidente" ou "a presidenta" do país?

A forma "presidente", herdeira de um tempo verbal latino chamado particípio presente, pode servir, atualmente, a ambos os gêneros, bastando para tanto que se faça anteceder do artigo desejado: o presidente (masculino) ou a presidente (feminino).

No latim, havia particípio passado, presente e futuro. No português, permaneceu apenas o primeiro, embora os outros dois ainda possam ser reconhecíveis em algumas palavras, que, entretanto, perderam a força característica dos verbos.

Resquícios do particípio futuro aparecem em certas palavras terminadas em -ouro ("duradouro", "vindouro" etc). Do particípio presente, herdamos grande número de palavras, tanto substantivos como adjetivos ou mesmo conectivos. Sua característica formal é a terminação "-nte", que indica agente de uma ação: estudante (o que estuda), fumante (o que fuma), presidente (o que preside) etc. Adjetivos são provavelmente a maior parte dos termos derivados do particípio presente latino (estimulante, independente, ardente, quente, carente, decente, atraente, elegante, competente, valente etc.)

No português, o gerúndio assumiu o lugar do particípio presente na expressão de ação em curso. Daí a terminação "-nte" estar associada a nomes, não a verbos, mas, numa construção como "temente a Deus", por exemplo, pode-se dizer que há um vestígio do particípio presente.

Note-se, porém, que essa terminação continua fértil na língua. Além de termos derivados de verbos ("palestrante", "contribuinte"), há os formados por analogia, caso de "cadeirante", palavra de entrada recente na língua, calcada em "ambulante".

Entre os adjetivos, não há hesitação quanto a gênero – são uniformes, sem flexão. Os substantivos oscilam, ora assumindo a desinência "-a" de feminino, ora mantendo-se invariáveis. "Infante", por exemplo, tem feminino ("infanta"). É bastante conhecida a peça musical de Ravel cujo título é traduzido para o português como "Pavana para uma Infanta Defunta". "Parente" também admite o feminino ("parenta").

É esse o caso ainda de "presidente", que pode, sim, assumir no feminino a forma "presidenta", existente na língua há muito tempo, embora de uso pouco comum. Os que defendem o reforço da inclusão de gênero advogam ser a forma marcada a mais adequada neste momento.

Thaís Nicoleti de Camargo é consultora de língua portuguesa do grupo Folha-UOL.

Texto IV

Presidente ou presidenta?

Resumo: O texto fala sobre a dúvida gerada quanto ao uso de presidente ou presidenta para referir-se a Dilma e mostrando que o vocábulo "presidente" é herdeiro do tempo verbal participio presente, utilizado no latim onde se usa designar os gêneros de acordo com o uso do artigo designado. A terminação desse tempo "nte" que indica aquele que pratica a ação, bastante visualizada na nossa língua portuguesa, estando essa terminação ligada a nomes, mas, em alguns casos, temos vestígios desse tempo em algumas expressões verbais. Podemos entender ainda a partir do texto que, quando se trata de adjetivos, não há alteração nos gêneros retomando assim a ideia do latim quanto ao uso do artigo definido para fazer tal diferenciação. Porém, fica claro no texto que os substantivos podem variar quanto ao gênero. Da marcada pelo desinência de gênero feminina -a, ela mantendo-se inalteráveis. Essa oscilação que é permitida aos substantivos que nos dá base para que o termo "presidenta" seja aceito e até mais usado comumente.

Palavras-chave: participio presente; gênero; artigo;